

A COOPERATIVA DE BENEFICIAMENTO E PROCESSAMENTO DE PESCADO “MULHERES NATIVAS”: UMA ANÁLISE DOS LAÇOS DE SOCIABILIDADE

SOUZA, SUELEN RIBEIRO DE (UENF), FAPERJ, suelenrs_16@hotmail.com

MARTINEZ, SILVIA ALÍCIA (UENF), silvia-martinez@hotmail.com

GANTOS, MARCELO CARLOS (UENF), mcgantos@gmail.com

Resumo: Este trabalho surgiu da observação de campo e de entrevistas semiestruturadas com as mulheres que formam parte da Cooperativa “Mulheres Nativas” em Arraial do Cabo. Nesse contexto, percebeu-se a grande dificuldade de operacionalizar a cooperativa, como instância econômica, haja visto que atualmente o empreendimento gera o capital necessário para custear a produção. Acredita-se que a problemática de escoamento da produção esteja atrelada ao da certificação, pois há um processo burocrático de documentação das cooperadas e do próprio empreendimento, que ainda não foi concluído. Essa percepção nos levou a “ver e ouvir” atentamente os diálogos e identificar outras importantes relações, ou seja, o “capital social” por elas utilizado e as estratégias para a manutenção da unidade coletiva. Para tal, busca-se entender as dificuldades enfrentadas pelas cooperadas, as estratégias para a manutenção das atividades nesse ambiente e as redes de sociabilidade. Santos (2005) destaca que as atividades em cooperativas não apontam apenas para a remuneração igualitária dos trabalhadores-donos, mas também para a criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões sobre as empresas.

INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma importante atividade produtiva, iniciada no período colonial brasileiro, que articula saberes de indígenas, africanos e europeus, contribuindo para o surgimento de várias culturas ligadas à atividade pesqueira (DIEGUES, 1999; SILVA, 2015). É um “importante posto de trabalho e de economia” no país.

Nesse universo a mulher assumiu e continua a assumir funções no processo produtivo pesqueiro, através de atividades que desempenha tanto no âmbito doméstico, quanto no espaço “público”, diretamente relacionadas com a pesca, ou não, sendo responsável pela manutenção do grupo (MANESCHY, 1995).

Pode-se identificar “muitas sociedades, [em que] tendo presente a força do trabalho feminino na pesca, tornam a ação da mulher insipiente e ignoram sua contribuição social, econômica e cultural [...] por considerar seu trabalho indireto e complementar” (ROCHA, 2011, p. 12). Entretanto, encontra-se a participação feminina, em todas as etapas da cadeia produtiva, sobretudo nas atividades anteriores (confecção/reparo de instrumentos) e posteriores (beneficiamento e processamento) à pesca propriamente dita (captura). Às vezes participam, [...] com ou sem remuneração” (FAO, 2012; GERBER, 2015).

Nota-se, aqui que “as construções sociais de gênero repercutem nos modos pelos quais mulheres e homens participam nas atividades produtivas, vivenciam os riscos decorrentes de padrões históricos e hegemônicos de desenvolvimento, assim como as repercussões das políticas de enfrentamento dos riscos” (MANESCHY; SIQUEIRA; ÁLVARES, 2012, p. 740).

As relações são marcadas pela divisão sexual do trabalho, onde há “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva” (HIRATA, KERGOAT, 2007, p. 599). O universo pesqueiro feminino é permeado por resistência e desigualdades. Elas disputam a utilização do território - área de pesca, mar/rio/lagoa -; a utilização dos instrumentos - petrechos de pesca -, a aquisição do pescado para beneficiamento - pescadores locais vendem os peixes aos atravessadores, mas não para as mulheres das cooperativas -; e os espaços de decisão comunitária - associações e colônias.

A cooperativa “Mulheres Nativas”, formada por vinte e duas (22) cooperadas, com a participação assídua de dez (10), produz quibes, *nuggets*, *fisherburger* (hambúrguer de peixe), almondegas e anéis de lula. Em períodos onde a pesca não ocorre por questões climáticas ou operacionais, como a dificuldade de aluguel da embarcação, por exemplo, elas compram o pescado dos pescadores locais, que em alguns momentos priorizam a venda aos atravessadores ao invés delas. As várias etapas do beneficiamento e processamento do pescado são realizadas na sede da cooperativa, que é uma casa alugada e adaptada para os procedimentos necessários. O local é apropriado, porém, muito pequeno. As cooperadas identificam que há necessidade de aumentar o número de mulheres e de espaço adequado para o trabalho.

O conhecimento sobre algumas particularidades da cooperativa estudada nos leva a questionar se para elas esse empreendimento se apresenta como uma alternativa eficaz de produção. Percebe-se que a iniciativa não se traduz em rentabilidade e há dificuldades de armazenamento e comercialização dos produtos, apesar das cooperadas afirmarem que a atividade coletiva é muito prazerosa. Ao nosso ver, nota-se que é um espaço de socialização feminino, pois não há homens no processo.

O viés financeiro do empreendimento é um ponto importante, pois elas trabalham em regime de colaboração, não tendo condições de manter um rendimento fixo para as cooperadas. Os valores arrecadados com as vendas dos produtos são destinados ao investimento em mais material para produção.

A dificuldade no escoamento do produto está ligada a burocratização do processo de formalização do empreendimento, que apesar de possuírem o CNPJ, encontram contratempos nas vendas, haja visto que não possuem o selo de certificação e a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP-Jurídica), o primeiro garantindo a venda para empresas privadas, como supermercados, e o segundo a participação em processos licitatórios do poder público, como por exemplo, o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), política pública destinada a agricultura familiar, que determina “do total dos recursos financeiros repassados pelo [Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação] FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações” (BRASIL, 2009).

O objeto de e análise são as redes de solidariedade, capital social, das mulheres que formam parte da cooperativa de beneficiamento e processamento do pescado Mulheres Nativas em Arraial do Cabo. Para tal, busca-se entender as dificuldades enfrentadas pelas cooperadas, as estratégias para a manutenção das atividades nesse ambiente e as redes de sociabilidade. A observação das atividades da cooperativa “Mulheres Nativas” e as entrevistas semiestruturadas, proporcionará o entendimento das questões levantadas.

Palavras-chave: mulher, pesca artesanal, cooperativismo, capital social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111959.htm.

DIEGUES, A. C. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, 1999, p. 361-375. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf.

GALVÃO, Melina Chiba; KALIKOSKI, Daniela Coswig. Problematizando a questão de gênero na gestão compartilhada da pesca: reflexões a partir de um estudo de caso da pesca artesanal do estuário da Lagoa dos Patos/RS. In: **Encontro da rede de estudos rurais: Desenvolvimento, Ruralidades e Ambientalização: paradigmas e atores em conflito**, V, 2012, Belém - PA.

GERBER, Rose Mary. **Mulheres e o mar: uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no Litoral de Santa Catarina**, Brasil. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015. 313 f.

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da Z3: o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca**. 2017. 173 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. SOUZA, 2006.

HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão Sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**: São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

MANESCHY, Maria Cristina Alves. A mulher está se afastando da pesca? Continuidade e mudança no papel da mulher na manutenção doméstica entre famílias de pescadores no litoral do Pará. **Boletim Paraense Emilio Goeldi, Série Antropologia**, Belém, v.11, n 2. 1995. Disponível em: <http://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/821>. Acessado em 10 de dezembro de 2017.

_____; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento gênero e empoderamento. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n.3: 384, set./dez., 2012, p713-737. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000300007>. Acessado em 10 de outubro de 2016.

ROCHA, Nádia Sueli Araújo da. **A PESCA FEMININA NA COMUNIDADE SEGREDINHO: Município de Capanema-PA**. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) – Universidade Federal do Pará,

Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local, Belém, 2011. 119 f. disponível em: http://ppgedam.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2011_Dissertacao_Nadia.Sueli.Araujo.da.Rocha.pdf. Acessado em 20 de janeiro de 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução. In: SANTOS, B.S. (organizador). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 23-78.

SILVA, Catia Antonia da. **Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pescadores artesanais no Brasil**. Ed. Consequências: Rio De Janeiro, 2015. 115 p.